

FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões Im-pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. 327 p.

Carlos Alberto Seibert³⁸⁶

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes é professora no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense em Niterói, suas investigações primordiais são a história recente do Brasil, marxismo e teoria da história. É membro do Comitê Editorial da revista 'Crítica Marxista'. Em parceria com Sonia Mendonça produziu o livro *História do Brasil Recente: 1964-1990*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994. Foi uma das fundadoras do Laboratório, Dimensão da história, vinculado ao curso de pós-graduação da UFF, desde 1994. O laboratório possui três linhas de pesquisa (democracia, nação e poder; história e poder; poder trabalho e sindicalismo), onde atuam importantes historiadores como Sônia Regina Mendonça e Marcelo Badaró Mattos.

O livro *Reflexões Im-pertinentes* foi organizado em dez capítulos, cada qual tratando de temas da história e da historiografia sobre o capitalismo contemporâneo, num total de 327 páginas. De forma geral o livro é uma coletânea de artigos produzidos (e já publicados em revistas especializadas no Brasil e no exterior). A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira dedicada a uma temática mais ampla, *os desdobramentos do capitalismo contemporâneo*, e a segunda ao *processo político e cultural brasileiro imerso neste mesmo capitalismo*.

Na primeira parte, questões como o trabalho abstrato e subjetividade, 'exclusão' social, produção cultural e capitalismo são abordadas pela autora a partir de uma perspectiva crítica e militante, voltada para a compreensão e transformação da sociedade de classes erigida pelo Capital. Na segunda parte, o caso brasileiro é o objeto da historiadora, que procura investigar a relação histórica entre Estado e classes sociais no país, o conceito de 'hegemonia' na produção teórica nacional, a música popular de Chico Buarque e as transformações do Partido dos Trabalhadores são algumas das temáticas discutidas pela historiadora.

³⁸⁶ Mestrando em História, Poder e Práticas Sociais, UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: carlosseibert@yahoo.com.br.

Virgínia Fontes, a partir de uma visão marxista totalizadora discute algumas questões im-pertinentes aos defensores da ordem estabelecida e hegemônica. Mas, por outro lado, perfeitamente pertinentes em relação aos dilemas do capitalismo mundial e as particularidades do desenvolvimento brasileiro. Esse livro condensa três áreas de preocupação e de pesquisa, nem sempre trabalhadas em conjunto por historiadores: os rumos e os deslocamentos do capitalismo contemporâneo; as formas da política, com ênfase nos processos históricos e em alguns aspectos da subjetividade, análise e interrogação do caso brasileiro.

Os capítulos apresentados expressam também uma inquietação permanente, e que se apresenta sob formas diversificadas em toda a obra: como pensar o capitalismo contemporâneo à luz do marxismo? O marxismo não é uma disciplina a parte, não exige um campo de estudos que se esgote em si mesmo. O marxismo é uma ancoragem que demanda um árduo e permanente exercício, em que o pesquisador precisa de uma constante disposição para enfrentar as questões teóricas.

Essa preocupação com a teoria se faz presente em toda a obra, especialmente com o cuidado em não utilizar conceitos fechados e pré-estabelecidos.

A teoria nada tem a ver com um repertório de fórmulas prontas, a serem rememoradas ou catalogadas, para em seguida estarem disponíveis para a aplicação em qualquer circunstância. Ao contrário, constitui-se num terreno de exigência permanente do exercício de pensar, da construção simultânea do rigor conceitual e da abertura para o mundo que o ato do pensamento implica e supõe. O pensamento não emerge de si mesmo, não se desdobra unicamente de seu interior, não se multiplica apenas a partir do ato isolado da leitura ou da atividade única da reflexão. Ele exige o olhar para o mundo real nutrindo-se das questões já colocadas por pensadores precedentes, aprender a pensar o mundo que nos cerca para conhecê-lo e explicá-lo. Assim procedendo, abrimos os horizontes a partir dos quais nossas interrogações ganham em amplitude e em significado. (p.9).

O constante debate teórico no interior do marxismo e também com seus oponentes, não deve ser reduzido e aprisionado por frases feitas. A teoria marxista exige debate filosófico, não por erudição, não por mero gosto da teoria pela teoria, mas, porque esse exercício nos remete á possibilidades efetivas abertas pelo mundo real e informadas pelo processo histórico.

Para explicar o mundo em que vivemos, é preciso também compreendê-lo. É preciso explicar por que, em alguns momentos, algumas maneiras de apreender o mundo se tornam dominantes, porque em outros momentos são abandonadas ou apenas temporariamente esquecidas, por que a fragmentação é acenada, em nossos dias, como a forma final da vida humana. É preciso compreender as razões que conduzem alguns autores a pensar de certa forma e, ao fazê-lo, muitas vezes entenderemos mais de nossas próprias questões. (p.11).

A primeira parte do livro com o subtítulo “pensar o capitalismo hoje: economia, política, modos de ser”, é composta por cinco capítulos, que discutem temas polêmicos como o trabalho abstrato e subjetividade, exclusão social e produção cultural, que são construídos a partir das relações sociais. O primeiro capítulo, “capitalismo, exclusões e inclusão forçada”, busca pensar a exclusão em sua articulação com a dinâmica social como um todo, em especial com o desdobramento do capitalismo. Os termos ‘inclusão forçada’ e ‘exclusão social’ são problematizados e discutidos enquanto permanência no âmbito do desenvolvimento capitalista. A categoria ‘inclusão forçada’ é proposta como a mais apropriada para compreensão do fenômeno estrutural da produção de uma superpopulação relativa. Em seguida à luz de alguns exemplos históricos, a autora estabelece uma diferenciação entre as formas de segregação e discriminação ‘includentes’ e aquelas que podem se tornar de fato, exclusões dramáticas, implicando, inclusive, em formas de extermínio social. Por fim, aponta para a necessidade de retomada de análise voltada à síntese histórica, haja vista que as transformações atuais parecem indicar um recuo na dimensão inclusiva do capitalismo contemporâneo.

Historicamente o termo exclusão era pouco utilizado, porque se buscava demonstrar a existência de uma superpopulação relativa, ligada ao sistema capitalista, mas permanentemente mantida as suas margens, é necessário pensar que a margem também pertence ao sistema, que reconstrói sem cessar um excedente de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho. Assim sendo, o termo era aplicado a alguns grupos sociais que, por diversas razões, não se integravam ao processo de formação do proletariado, seja pela sua condição inadaptável, por incapacidade física, ou por práticas de resistências de ordem variada.

Contudo, o termo exclusão adquiriu importância e centralidade nos últimos anos, exatamente em função do agravamento e ampliação das desigualdades sociais. No final dos anos 1970/80, à medida que a crise econômica se manifestava nos países centrais, a categoria exclusão passou a designar fenômenos recentes, típicos da sociedade contemporânea avançada e ligada diretamente ao mundo do trabalho. Nos anos 1990, o termo tomou uma definição dinâmica e multidimensional, dando ênfase à perda de identidade profissional, a angústia, ao isolamento social, ao recuo do alcance dos sindicatos e dos espaços de atuação política. Em outro sentido, o termo aparece em situações em que as formas mais radicais de exclusão são aquelas que conduzem ao extermínio do outro.

Um capítulo central nessa primeira parte da obra da Virginia Fontes intitulado “o trabalho abstrato e a cultura contemporânea, ou os desafios atuais do pensamento histórico”, feito em co-autoria com Stefano Garroni. Busca-se a relação ativa entre o passado e o presente, relação que se espalha sobre o terreno histórico, econômico, filosófico e cultural. Onde a questão central está voltada à generalização do trabalho abstrato nas sociedades contemporâneas.

A vida social exige que todos sejam ‘elásticos’, ‘flexíveis’, ‘maleáveis’, adaptáveis a toda e qualquer tarefa. A dinâmica social força os trabalhadores a procura de nichos, onde possam deslocar um pagamento, e não mais necessariamente um salário ou um emprego. Os trabalhadores permanecem, certamente, na base da produção das coisas, mas, para tanto, contribuem de forma massiva e difusa, na produção de objetos que não mais parecem derivar de alguma atividade concreta que tenham desempenhado. O trabalhador direto não está mais ‘objetivado’, visível aos nossos objetos concretos.

Chegamos a uma sociedade na qual o trabalho parece reduzir-se a mera atividade (im) produtiva. E para suportar essa situação degradante, cada vez mais fazemos uso de pílulas, para reduzir o cansaço e permitir a continuidade desse ritmo frenético, se possível potencializadas com bebidas energéticas não alcoólicas para assegurar a produtividade. Depois da festa ou do cansaço, a depressão e a solidão, mais pílula para dormir, para acalmar a angústia e a ansiedade.

Essa dinâmica parece levar à destruição, finalmente, daquele que o próprio capitalismo havia inventado como figura central, como agente isolado e o alvo de suas conquistas: o indivíduo. Fragmentado

e enfraquecido, vivendo a angústia por não mais se reconhecer num mundo a cada dia mais resultante da própria ação humana, o que resta daquele ‘indivíduo’ conquistador divulgado pelos ideólogos do século XIX? São questões realmente im-pertinentes que se fazem presentes no texto.

Nas últimas décadas do século XX o trabalho abstrato não mais precisa da reunião física dos trabalhadores em grandes conjuntos produtivos. Mudou a produção de valores de uso? Ou trata-se, mais uma vez, de um movimento de expropriação da produção socialmente constituída em prol de um grupo restrito, de uma nova e potente apropriação da força social de trabalho, até então tornada possível unicamente pela reunião dos trabalhadores? Essas reflexões permitem pensar o trabalhador informal como uma reserva do capital, que é utilizado somente quando necessita dele.

No capítulo seguinte “as expropriações contemporâneas e o papel da política”, a autora problematiza as reflexões do texto anterior e discute as formas contemporâneas de expropriação do trabalho pelo capital. A primeira forma atual de expropriação incide sobre o vínculo contratual como condição para extração do sobretrabalho. Isso ocorre devido à re-articulação, constante do capital, em função da generalização da mais-valia e da subordinação real do trabalho ao capital, isso na prática é transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago. A segunda forma deriva da crescente penetração do capital, enquanto relação social, ou extração direta da mais-valia absoluta e relativa. Opera sob a forma de apropriação da produção social, seja através do ‘modo de ser’ ou como ‘modo de produção’ que determina todas as atividades humanas que ainda possuíam certa independência em relação ao capital, como por exemplo, os autônomos, artesões, serviços, saúde, comunicação, cultura, ciências, educação e outros.

O capital possui atualmente dois movimentos simultâneos de atuação: um que expropria as conquistas coletivas dos trabalhadores; e outro que incorpora e subordina as inúmeras áreas de trabalho, seja no sentido formal ou real. Essa brutal expropriação contemporânea composta de novas modalidades de dominação, em que as formas de expropriação e concentração típicas do capital não se resumem ao modo de produção, mas articulam-se também às formas políticas e procuram moldar nossa ‘forma de ser’. Essa lógica produz uma massa

de trabalhadores disponíveis, utilizáveis a qualquer momento, cuja concorrência entre si torna-se incessante, uma vez que se encontram sob o controle e a hegemonia do capital, ainda que estejam fora dos vínculos empregatícios diretos.

Não é a tecnologia que explica as transformações contemporâneas, mas o aprofundamento e a generalização de extração da mais-valia relativa. A nova capacidade cooperativa é expropriada e tem como efeito rebaixar o valor do conjunto da força do trabalho, sendo assim, o conjunto do processo produtivo se modifica tornando-se ainda mais opaco aos trabalhadores, os meios de controle e vigilância dos trabalhadores são realizados pelos chamados meios ‘virtuais’. As formas de expropriação e concentração típicas do capital não se resumem ao mundo da produção, mas se articulam também com as formas políticas e as novas tecnologias, estas procuram moldar uma ‘forma de ser’, e podem se tornar, portanto, questões a serem interrogadas pelos historiadores ou pela história?

Na segunda parte do livro, com o subtítulo “Brasil contemporâneo: nação, poder, cultura” a análise volta-se para o caso brasileiro. A autora investiga a relação histórica entre Estado e classes sociais no país. O conceito de ‘hegemonia’ na produção teórica nacional, a música popular de Chico Buarque e as transformações do Partido dos Trabalhadores são algumas das temáticas discutidas pela historiadora.

O capítulo “nação hierárquica – um ensaio sobre o Brasil no século XIX” Virgínia trabalha com duas “questões im-pertinentes”: a formação da nação democrática; e a questão nacional construída a partir de profundas desigualdades sociais, analisadas sob três aspectos: a dúvida sobre a existência de uma nação, a proposta de projetos de nação e a evidência de um caráter nacional. Através de algumas obras recentes sobre a época imperial, a análise procura esmiuçar a relação conflituosa entre sociedade e Estado para colocar em evidência a existência de demandas democráticas, bem como, a implantação de certas formas de hierarquia social ao longo do século, como também a subjugação da sociedade ao Estado.

De forma geral o livro apresenta e re-elabora conceitos e perspectiva de Antonio Gramsci, por isso, os últimos quatro capítulos estão articulados diretamente com os conceitos: hegemonia e contra-hegemonia, Estado ampliado, partido, intelectual orgânico, aparelho

privado de hegemonia. Por exemplo, com a noção de Estado ampliado é possível pensar as formas pelas quais ocorreu a ampliação do Estado na medida em que o capitalismo se expandia no Brasil. Com essa noção as análises históricas devem se defrontar não apenas com os conflitos internos das frações das classes dominantes, mas também com as reivindicações e pressões dos grupos subalternos e as múltiplas formas utilizadas para deslegitimar outras formas e outros espaços de luta.

No capítulo “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”, Virgínia faz apontamentos em relação à noção de hegemonia, que na historiografia contemporânea se torna um conceito importante para pensar a política na atualidade. É central tanto para suas análises históricas, quanto para o embasamento de suas propostas de ação política revolucionária. Compreendendo as relações sociais que se articulam na construção da hegemonia é possível pensar a complexidade, é possível tencionar a reflexão histórica, evitando desta forma, as perspectivas que apenas fornecem um quadro de fundo, e que não interroguem os sentidos e o aprofundamento da dimensão do problema histórico-político do Estado no Brasil.

Virginia Fontes crítica a noção de crise de hegemonia de 1930 que se tornou a matriz explicativa preponderante na historiografia que discute Estado e Sociedade e a partir da qual derivam diversas matrizes interpretativas sobre a dinâmica política no Brasil. A crise de hegemonia explica-se por uma complexa seqüência de elementos, como os ligados à propriedade rural e ao trabalho pré-capitalista voltados para a exportação. A partir do final do século XIX, formaram-se diversos grupos industriais ligados à burguesia compradora e ao setor de bens de consumo, e com a crise da década de 1920 surge um duplo impasse ‘econômico e político’ entre as frações/grupos da burguesia brasileira. A revolução de 1930, encabeçada por setores até então secundários ao núcleo central do Estado, pôs termo à organização política anterior, *liberista* e centralizada no Sudeste, inaugurando uma recomposição de forças sociais e políticas.

A revolução burguesa, ou seja, a modernização como ‘revolução pelo alto’ realizava-se independentemente de uma hegemonia burguesa ou de uma crise da história burguesa, e não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao exercício exclusivo do poder político. Mas, sim que os interesses específicos da

indústria tinham composto apoio e estímulo eficaz na nova configuração do Estado e do Governo. O Cesarismo militar num primeiro momento e Bonapartismo civil em seguida, com aval do Getúlio Vargas em ambos os momentos respondia aos interesses do conjunto da burguesia em especial ao setor industrial, assegurando a mudança de rumo da economia. Respeitando as especificidades do processo histórico, o Estado agia para assegurar a ordem burguesa e controlar os conflitos intra-burguesia.

No último capítulo “A política e arte da desqualificação”, Virginia Fontes destaca o conjunto do sistema político brasileiro e sua significação. Que sentidos o partido dos trabalhadores gerou e modificou, tanto para o conjunto do sistema político quanto do ponto de vista dos trabalhadores? O surgimento do PT impôs exigências ao conjunto da política no Brasil, nos dez primeiros anos como organizador da classe trabalhadora e depois pela centralidade na disputa eleitoral.

Com base em autores que discutem a política brasileira e a percepção geral dessa política, a autora conclui que a visão corriqueira no Brasil atual é a de que o escândalo político é um elemento constante e normal da política. No âmbito da representação política, a voz do senso comum amplamente difundida pela imprensa, é a de que todos os políticos e todos os partidos são iguais. Desse modo, contribui com os interesses dominantes, pois desqualifica a política e une o conjunto dos grupos dominantes brasileiros em torno da arena eleitoral, não é um afastamento da política, mas uma forma específica de atuar politicamente.

Para concluir, o livro ainda apresenta o capítulo “historicidade e subjetividade. Contradição e conflito, liberdade e determinação”, onde a autora propõe algumas reflexões a partir de Freud, e apresenta a teoria freudiana como possibilidade de reflexão histórica. A hipótese defendida pela autora “é que a reflexão de Freud permite estabelecer um princípio de historicidade radical, e esse princípio se encontra exatamente nas formas pelas quais os indivíduos são constituídos pelo conflito.”(p.120). A categoria conflito permite vislumbrar uma radical perspectiva de futuro e sua centralidade na estrutura psíquica do ser humano.

É importante destacar que essa obra é formada por um conjunto de capítulos, que representam uma síntese de anos de estudo da autora,

de reflexões e pesquisa em torno dos desdobramentos do capitalismo contemporâneo e dos processos políticos e culturais brasileiros imersos neste mesmo capitalismo. De forma im-pertinente a autora propõe possibilidades de pensar o mundo contemporâneo à luz do marxismo. Desse modo, abre horizontes a partir dos quais nossas interrogações ganham em amplidão e significado.

Resenha recebida em 02/05/2007 – Resenha aceita em 06/06/2007.